Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Quem está com “os de baixo”?

A política brasileira vive um momento de revelação. Durante muito tempo, o debate público foi organizado em torno da oposição entre esquerda e direita, como se essa divisão, por si só, fosse suficiente para explicar os conflitos do país. No entanto, a discussão recente sobre a redução da jornada de trabalho mostrou que a questão central é outra: saber quem defende os interesses da maioria assalariada e quem protege os privilégios de quem lucra com a exploração da força de trabalho.

Historicamente, essa divisão entre “os de cima” e “os de baixo” foi disfarçada por discursos que prometiam conciliação, modernização ou neutralidade técnica. Desde a 2ª Revolução Industrial, foi explicitado o conflito “capital” versus “trabalho”; porém, na prática, sempre que surgem pautas que tocam diretamente a vida do trabalhador — como salário, direitos previdenciários ou redução da jornada — fica evidente de que lado cada deputado federal e senador está.

Os que se apresentam como defensores da eficiência econômica, muitas vezes, recusam qualquer medida que diminua a exploração ou distribua melhor o tempo e a riqueza produzida coletivamente. Em 1917, durante a 1ª Guerra Mundial, os trabalhadores brasileiros vivenciaram uma dura realidade: alta de preços e aumento excessivo das jornadas de trabalho nas fábricas (16 horas). Carestia nos gêneros alimentícios e maximização da mais-valia. Estava criado o cenário para a primeira greve geral do país.

Atualmente, o debate sobre a jornada de trabalho escancarou essa realidade porque colocou em confronto dois projetos de sociedade. De um lado, está a defesa de condições mais dignas para quem trabalha, com mais tempo para descanso, estudo, convivência familiar e qualidade de vida (escala 5x2, a PEC da Humanização).

Do outro, aparece a lógica de que o lucro empresarial deve estar acima de qualquer consideração humana (escala 7x0, a PEC da Escravidão), assinada por 41 senadores da extrema-direita, inclusive por Flávio Bolsonaro.

Quando a redução da jornada é tratada como ameaça, o que se revela não é preocupação com a economia nacional, mas resistência em renunciar a um modelo sustentado pelo desgaste permanente do trabalhador.

Por isso, insistir apenas nos rótulos tradicionais da política já não basta para compreender o Brasil de hoje. Mais importante do que perguntar quem é de esquerda ou de direita; é perguntar quem, de fato, se posiciona ao lado do povo trabalhador em suas lutas concretas.

A jornada de trabalho tornou visível aquilo que muitas vezes se tentou esconder: em uma sociedade marcada pela desigualdade, toda escolha política revela, cedo ou tarde, se está com “os de cima” ou com “os de baixo”; afinal, como afirmou Bertrand Russell: "Uma das tarefas mais difíceis da humanidade é entender que o trabalho não é o fim da vida, mas um meio para ela."

Sérgio Cintra é professor de Linguagens e servidor do TCE-MT